



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

Realizou-se na Cidade de Fortaleza, capital do Estado do Ceará, nos dias quinze, dezesseis e dezessete de março de mil novecentos e digo: do ano de dois mil, o quadragésimo quinto evento do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. A sessão solene de abertura, no prédio do Tribunal de Justiça, contou com a presença do Exmo. Dr. Ministro Antônio Pádua Ribeiro, Presidente do Superior Tribunal de Justiça e de outras autoridades, tendo falado, na oportunidade, a Desa. Águeda Passos Rodrigues Martins e o Des. José Fernandes Filho. No dia dezesseis, às nove horas iniciaram-se os trabalhos, com a saudação da anfitriã, Desa. Águeda Martins que explanou sobre as atividades do Judiciário cearense, com exibição de vídeo ilustrativo. A pauta da reunião foi apresentada pelo Presidente da Comissão Executiva, constando os seguintes temas: a Reforma do Poder Judiciário, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e a fixação do teto e do subteto dos vencimentos da magistratura. O Des. José Fernandes Filho relatou minudentemente sobre o andamento da votação da proposta de Reforma do Poder Judiciário, do interesse do governo em concluí-la até o final deste mês, bem como sobre os assuntos residuais: nepotismo, mordação, exclusão da obrigatoriedade da presença de advogados nos Juizados Especiais, aposentadoria compulsória aos setenta e cinco anos de idade, recurso especial limitada a divergência entre tribunais sobre aplicação da lei federal à escolha do representante do quinto constitucional, lista tríplice elaborada pelo órgão de origem e encaminhada diretamente ao Poder Executivo, a composição dos Tribunais Regionais Eleitorais, a quarentena dos juizes aposentados papa inscrição da Ordem dos Advogados e destes para acesso aos tribunais, dentre outros. O Des. Francisco Xavier Medeiros Vieira, do Estado de Santa Catarina, apresentou um trabalho sobre a irredutibilidade dos vencimentos da magistratura, sobre que se travou prolongada discussão; submetida à votação a proposta de preservação da remuneração de adicionais por tempo de serviço que exceder do teto, foi aprovado por unanimidade de votos, com duas abstenções. A Desembargadora Águeda Martins apresentou projeto de adoção do símbolo do Colégio, que foi aprovada sem divergências. O Colégio aprovou o texto da “Carta de Fortaleza” redigida pela Comissão Executiva. Foi aprovada unanimemente a proposta do Desembargador Rêmulo Letteriello para que cada presidente encaminhasse aos parlamentares de seus respectivos Estados uma comunicação sobre as consequências da fixação do teto e do subteto em relação à magistratura estadual, com texto igualmente aprovado. Decidiu-se constituir uma comissão pelos Desembargadores José Fernandes Filho, Nildo Nery, Renato Mimessi, Rêmulo Letteriello, Alberto Maia e Francisco Xavier para manter contatos em Brasília com líderes partidários na Câmara dos Deputados sobre os aspectos da Reforma do Poder Judiciário e da fixação do teto remuneratório da magistratura. Os próximos encontros, possivelmente, serão realizados na primeira quinzena de agosto, em Goiás; nos dias 14, 15 e 16 de setembro, em João Pessoa e nos dias 05, 06 e 07 de outubro, em Belém. Nada mais havendo, deu-se por encerrada a reunião de que lavrei a presente ata. Eu, Robério Nunes dos Anjos, que subscrevo.



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Seguem assinaturas.